

# **Instituto CCR**

Demonstrações Financeiras Referentes ao  
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2016  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 1. SOBRE O INSTITUTO

#### 1.1. Aos associados

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

#### 1.2. Apresentação

O Instituto CCR foi criado em 2014, com o objetivo de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo Grupo CCR. Nosso objetivo é ampliar a transparência no uso dos recursos aplicados em projetos diretos e incentivados, com o desafio de fomentar e democratizar o acesso à cultura. Assim, buscamos sempre gerar transformações nas comunidades onde estamos presentes, desenvolvendo, apoiando e fortalecendo organizações e projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos.

A consolidação do Instituto CCR nos permitiu mostrar a transparência da nossa atuação nas áreas social, esportiva e ambiental, que exigem projetos estruturados, objetivos e metodologia.

Também comemoramos o alcance de muitas conquistas em 2016, como o lançamento do 1º Edital Instituto CCR – Projetos Culturais, com uma forte adesão, totalizando 91 projetos inscritos, a parceria com a Mercedes-Benz no programa Estrada para a Saúde, e o reconhecimento do Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU), pela criação do Instituto, entre outras iniciativas.

Sendo responsável pelos investimentos e gestão dos projetos e ações de sustentabilidade do Grupo CCR, o Instituto se tornou elemento estratégico para o Instituto. Assim, o Instituto apoia as unidades de negócio do Grupo CCR nos seus diversos canais de diálogo importante com as comunidades locais e com os poderes concedentes. A interação com entidades e associações que representam o setor e os investimentos em projetos e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das regiões são ativos importantes, considerados na gestão do nosso modelo de negócio.

Os nossos desafios ainda são grandes. Queremos ampliar o escopo do Edital Instituto CCR em diversas frentes; fomentar a criação de diferentes métodos para a avaliação de iniciativas patrocinadas; ampliar os mecanismos de fomento nos municípios, via ISS; e apoiar a estruturação de Fundos Municipais e respectivos Conselhos para o recebimento de recurso via Lei do Idoso.

Assim, enquanto em 2016 o desafio foi estabelecer seu modelo de atuação e ser reconhecido, interna e externamente, por meio das unidades de negócio como um agregador de valor ao negócio, em 2017, nosso desafio é ser percebido pela comunidade e pelo Poder Público como um agente de mudanças, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atuamos.

Agradecemos a participação e o apoio de todos os colaboradores do Grupo CCR, os parceiros, os produtores e os participantes dos projetos e programas desenvolvidos durante o ano, que contribuíram de forma contundente na realização de tantas ações positivas que chegaram aos nossos diversos públicos.

### 1.3. Destaques do ano de 2016

- Cobertura em 137 municípios.
- 116 iniciativas receberam investimentos.
- 979.387 de pessoas beneficiadas diretamente.
- Lançamento do 1º Edital Instituto CCR – Projetos Culturais: exclusivo para produtores culturais de municípios do interior.
- Parceira com a Mercedes-Benz: com a parceria, o programa Estrada para a Saúde ganhou revisão da identidade visual da marca e novos serviços.
- Pacto Global: a criação do Instituto CCR recebeu o reconhecimento do Pacto Global, da Organização das Nações Unidas (ONU), no quesito SDG Pioneers, pioneiros em ações que geram impacto social, que estimula ações e negócios que promovam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Lei do Idoso: incentivo fiscal foi usado pela primeira vez pelo Grupo.
- Desenvolvido pacote de melhorias do Portal da Sustentabilidade, módulo de projetos. A nova formatação da ferramenta prevê acesso a usuários externos (proponentes) o que permitirá um acompanhamento mais próximo das iniciativas apoiadas, constituindo-se em um importante instrumento de prestação de contas.

### 1.4. Perspectivas

- Realizar o 2º Edital Instituto CCR – Projetos Culturais em 2017.
- Lançar módulo de projetos do Portal da Sustentabilidade para uso dos proponentes de projetos.
- Identificar novos projetos para apoio pelas novas legislações vigentes.
- Iniciar programa Caminhos para a Cidadania na unidade ViaRio.
- Ampliar a percepção das ações de sustentabilidade do Grupo CCR.

## 2. ESTRATÉGIA E GESTÃO

### 2.1. Governança corporativa

O Instituto CCR é uma instituição privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que visa ampliar a excelência de sua prestação de serviço e a sua percepção positiva dos principais públicos com os quais nos relacionamos.

Nossas decisões são tomadas com base em uma estrutura de governança – um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos que norteiam a maneira como uma empresa ou instituição é dirigida, administrada ou controlada.

As instâncias de decisão passam por várias etapas:

- Assembleia Geral.
- Conselho de Administração Deliberativo – formado por executivos do Grupo CCR.
- Conselho Consultivo.
- Conselho Fiscal.
- Gestão Executiva.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### 3.1. Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As demonstrações financeiras do Instituto, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração do  
Instituto CCR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto CCR ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit, do superávit abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto CCR em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil especificamente aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cujos valores estão sendo apresentados para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outro auditor independente. Conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre elas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração do Instituto é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil especificamente aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2017

DELOITTE BRASIL  
Auditores Independentes Ltda.



Roberto Torres dos Santos  
Contador  
CRC nº1 SP 219663/O-7

# Instituto CCR

## Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>Passivo</b>	Nota	<b>2016</b>	<b>2015</b>
			(Não auditado)				(Não auditado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.902.524	679.559	Fornecedores		10.274	296
Impostos a recuperar		5.062	318	Impostos e contribuições a recolher		3.885	132
		<u>2.907.586</u>	<u>679.877</u>			<u>14.159</u>	<u>428</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>			
				Patrimônio social		679.449	-
				Superávit do período	7	2.213.978	679.449
						<u>2.893.427</u>	<u>679.449</u>
Total do ativo		<u>2.907.586</u>	<u>679.877</u>	Total do passivo e patrimônio social líquido		<u>2.907.586</u>	<u>679.877</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Instituto CCR

## Demonstração do superávit do exercício social

em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Não auditado)
<b>Receitas</b>			
Receita de doações	8	7.398.818	1.237.531
Receita de trabalho voluntário		24.512	-
<b>Custos dos serviços prestados</b>			
Serviços de terceiros		(6.400)	-
Serviços gráficos		(1.458.241)	(136.320)
Amostras, donativos e brindes		(6.865)	(114.586)
Eventos, feiras e congressos		(560.203)	-
Trabalho voluntário		(24.512)	-
Outros custos		<u>(192.811)</u>	<u>(4.287)</u>
		<u>(2.249.031)</u>	<u>(255.193)</u>
<b>Resultado bruto</b>		5.174.298	982.338
<b>Despesas operacionais</b>			
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Serviços de terceiros		(3.157.075)	(235.315)
Serviços gráficos		-	(11.896)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(131)	(49.674)
Outras despesas operacionais		<u>(5.155)</u>	<u>(15.721)</u>
<b>Resultado administrativo</b>		<u>(3.162.360)</u>	<u>(312.606)</u>
<b>Resultado financeiro</b>		<u>202.040</u>	<u>8.287</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>2.213.978</u></u>	<u><u>678.019</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CCR  
Demonstração do superávit abrangente

em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u> (Não auditado)
<b>Superávit do exercício</b>	<u>2.213.978</u>	<u>678.019</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>2.213.978</u></u>	<u><u>678.019</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto CCR

## Demonstração das mutações do patrimônio social

em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	<b>Superávit acumulado</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b> (Não auditado)	<u>1.430</u>
Superávit do exercício	678.019
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b> (Não auditado)	<u>679.449</u>
Superávit do exercício	2.213.978
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u>2.893.427</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto CCR

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

em 31 de dezembro de 2016

(Em Reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit do exercício</b>	2.213.978	678.019
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>Aumento (redução) dos ativos</b>		
Impostos a recuperar	(4.744)	(318)
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>		
Fornecedores - partes relacionadas	-	(3.070)
Fornecedores	9.978	296
Impostos e contribuições a recolher	3.753	132
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>2.222.966</u>	<u>675.059</u>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>2.222.966</u>	<u>675.059</u>
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do exercício	679.559	4.500
No final do exercício	<u>2.902.524</u>	<u>679.559</u>
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	<u>2.222.965</u>	<u>675.059</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INSTITUTO CCR

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Grupo CCR criou em 2014 o Instituto CCR ("Instituto" ou "Instituição"), entidade privada, sem fins lucrativos, para estruturar a gestão de projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos apoiados há mais de dez anos pela empresa. O Instituto CCR otimiza a utilização de recursos próprios do Instituto e oriundos de leis de incentivo em projetos estruturados em quatro áreas: Saúde e Qualidade de Vida; Educação e Cidadania; Cultura e Esporte; Meio Ambiente e Segurança Viária. O Grupo CCR apoia o desenvolvimento sustentável, socioeconômico e cultural nas regiões onde atua, com a experiência de ter levado mais de 500 projetos para 120 cidades que, desde 2003, já beneficiaram 7 milhões de pessoas com investimento de R\$185 milhões em projetos estruturados.

O Instituto é entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP pelo Ministério da Justiça, conforme processo nº 08071.029089/2014-78, publicado no Diário Oficial de 18 de novembro de 2014, por se enquadrar nos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99.

#### 2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras do Instituto.

##### a) Ativo e passivo

Os valores realizáveis e exigíveis no curso do exercício social subsequente estão classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

##### b) Apuração do superávit (déficit)

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As doações e contribuições recebidas sem destinação específica são reconhecidas na rubrica "Doações" pelo regime de caixa.

##### c) Receitas

As receitas de doações, subvenções e contribuições são reconhecidas mediante documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

##### d) Instrumentos financeiros

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial.

- Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. O Instituto utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

- e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

- f) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e despesas bancárias.

- g) Imposto de renda, contribuição social

O Instituto é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades sem fins lucrativos, especificamente a ITG 2002 – R1 emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Em 30 de abril de 2017, foi autorizada pela Administração do Instituto a conclusão das demonstrações financeiras.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos apresentados em Reais nestas Demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

#### Visão geral

O Instituto apresenta exposição ao seguinte risco advindo do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática realizar operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de "rating".

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Não auditado)
Caixa e bancos	5.519	1.052
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>2.897.005</u>	<u>678.507</u>
	<u>2.902.524</u>	<u>679.559</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, em média, à taxa de 98,93% do CDI, equivalente a 13,78% ao ano (13,10% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2015).

## 6. PARTES RELACIONADAS

As transações que influenciaram os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre o Instituto e suas mantenedoras, sendo assim demonstradas:

<b>Mantenedora</b>	<b>Receitas</b>
AutoBAn	2.386.203
SPVias	635.694
NovaDutra	1.422.622
Barcas	80.320
ViaOeste	1.114.815
ViaLagos	131.155
RodoNorte	<u>786.927</u>
Total, 31 de dezembro de 2016	<u>6.557.736</u>
Total, 31 de dezembro de 2015 (Não auditado)	<u>537.531</u>

## 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Instituto é formado pelo patrimônio social e pelo superávit acumulado do exercício. A destinação do superávit acumulado será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2017.

O Instituto possui um Conselho de Administração, constituído por 3 membros, com mandato de 2 anos, admitidas reeleições.

O Instituto possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por 2 membros, sendo 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de 2 anos.

A destinação do superávit do exercício é aprovada em reunião do Conselho de Administração e, após a sua aprovação, é efetuada sua transferência para o patrimônio social. Em 18 de agosto de 2016, o Conselho de Administração aprovou a transferência do superávit de R\$1.430 e R\$678.019, dos exercícios de 2014 e 2015, respectivamente, para o patrimônio social.

O Patrimônio Social da Entidade corresponde à doação inicial feita pelos associados e pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

O Instituto não remunerará, por qualquer forma, os membros do Conselho Administrativo, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores e empregados ou doadores excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

8. RECEITAS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Não auditado)
Receitas de contribuições	6.557.736	537.531
Receitas de patrocínios (a)	1.150.000	700.000
	<u>7.707.736</u>	<u>1.237.531</u>
Impostos sob receitas	(308.918)	-
	<u>7.398.818</u>	<u>1.237.531</u>

(a) Refere-se ao Patrocínio firmado com a Mercedes Benz para o programa de prestação de serviços gratuitos a caminhoneiros que trafegam pelas rodovias sob gestão do Grupo CCR, coordenado pelo Instituto CCR.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Instituto não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras do Instituto, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2016</u>		<u>2015</u>	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado (Não auditado)	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado (Não auditado)
<b>Ativos</b>				
Aplicações financeiras	2.897.005	-	678.506	-
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	-	(10.274)	-	(296)
	<u>2.897.005</u>	<u>(10.274)</u>	<u>678.506</u>	<u>(296)</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras: são definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações.
- Fornecedores: os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.



Hierarquia de valor justo

O Instituto possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
		(Não auditado)
Aplicações financeiras	2.897.005	678.506

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
  - Nível 2: "inputs", diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
  - Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).
-

### **Composição do Conselho de Administração**

Renato Alves Vale	Presidente
Ítalo Roppa	Conselheiro
José Braz Cioffi	Conselheiro

### **Composição da Diretoria**

Francisco de Assis Nunes Bulhões	Diretor Presidente
Mauricio Soares Vasconcellos	Diretor

### **Contador**

Hélio Aurélio da Silva  
CRC nº 1 SP 129452/O-3